

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Processo nº (A) : 3699/91

Órgão de Origem: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos  
-IDR

Natureza : Concurso

Ementa : Edital nº 76/90 - IDR. Concurso Público para o Cargo de Agente de Polícia Civil, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal. Prazo de validade expirado. Nomeações. Justificativas apresentadas pelo Secretário de Administração. Ofício do Deputado Distrital Renato Rainha, encaminhando decisão em MS. Conhecimento. Sobrestamento.

Trata o presente processo do acompanhamento do Concurso Público para o cargo de Agente de Polícia Civil da Carreira Policial Civil, aberto pelo Edital nº 76/90-IDR, complementado pelos atos editados posteriormente.

Na Sessão Ordinária nº 3212, de 12/11/96, este Plenário assinou prazo ao Secretário de Administração para que fossem apresentadas justificativas pela prática dos atos de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público em epígrafe, expedidos após 6/6/95, data da expiração do prazo de validade do certame, à vista do disposto no inciso III do artigo 37 da

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Constituição Federal e do que consta do subitem 9.1 do edital normativo nº 76/90-IDR.

Por meio do O.E. nº 3010/96 -GAB/SEA, datado de 16/12/96, o Secretário de Administração afirma que *“em que pese o citado Edital nº 76/90-IDR estabelecer como termo inicial do prazo de validade do certame a data de publicação do edital de homologação do resultado final da 1ª turma a concluir o curso de formação, a Administração anterior julgou por bem alterar o sublinhado termo inicial, conforme poder-se-á constatar do Edital nº 184/94-IDR, publicado no DODF de 7/12/94, que ao dar nova redação ao subitem 9.1 do multicitado edital, assim estabeleceu:*

*“O prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, contados **a partir da homologação do resultado final relativo ao último grupo de candidatos aprovados na última etapa**’(g.n)”.*

*Desta forma, ressalte-se, vez que o resultado final do último curso de formação foi publicado apenas em 23/11/95, através do Edital nº 242/95-IDR, permissa vênia ao entendimento firmado por esse Colendo Tribunal, **o prazo de validade do presente concurso ainda expirar-se-á em 23/11/97”.***

Ressalta, ainda, Sua Excelência que *“Por conseguinte, considerar tais nomeações extemporâneas, assim como ao menos pensar-se em reverter as nomeações efetivadas, somente favorecerá o agravamento do quadro de crise social em que*

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

*vivemos, além de figurar-se gritante ato de injustiça, passível de correção judicial”.*

Vem citada, no mesmo Ofício, a decisão do TJDF no julgamento de mérito do MS nº 5.685/96, no sentido de que: ***“o prazo de validade de concurso público conta-se do Edital de Homologação de Resultado Final - Se a Administração convoca grupos sucessivos de candidatos para a Etapa II do concurso, ter-se-á, forçosamente, mais de uma homologação de Resultado Final - Nesse caso, o prazo de validade do concurso só pode começar a fluir a partir da última homologação do resultado final -Ausência de violação do disposto no art. 37, III, CF”(g.n)”.***

Consulta, ainda, aquela autoridade, objetivando resguardar a atuação da Administração face à decisão desta Corte de considerar ilegais as nomeações efetivadas em razão do Concurso Público de Assistente Básico em Serviços Sociais, ***“acerca do posicionamento desse I. Tribunal quanto à conclusão dos concursos públicos para preenchimento de vagas nos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal e a conseqüente nomeação dos candidatos habilitados”.***

Ao submeter as justificativas que apresenta à Corte, com os motivos ensejadores dos atos de nomeação praticados, esclarece o titular da Pasta de Administração que o Conselho de Política de Pessoal, em resolução homologada pelo Governador em 10/11/95, determinou que, ***“doravante, apenas poderá haver um***

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

*resultado final para os concursos públicos a serem realizados no âmbito do Distrito Federal”.*

Foi anexado aos autos o Ofício nº 244/96 - GAB 07, do Deputado Distrital Renato Rainha, que encaminha cópia da decisão prolatada no Mandado de Segurança nº 5.222, do Egrégio TJDF, por entender que referida decisão poderia auxiliar quando da análise definitiva dos Processos nºs 3699/91 e 6009/94, que tratam do prazo de validade dos concursos públicos para ingresso nos cargos de Agente de Polícia e Agente Penitenciário da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (fls. 274/287).

A 4ª ICE fez juntar aos autos cópias dos editais de nºs 71/96, 84/96, 85/96, 86/96, 93/96, 97/96, 98/96, 102/96, 110/96, 242/95 e sua republicação, 118/96, 122/96, 130/96, 136/96, 139/96, 146/96, 153/96, 154/96, 169/96, 167/96, 6/97, publicados no DODF no período de 2/5/96 a 20/1/97, todos relacionados ao concurso em tela.

Após analisar referidos editais, o corpo instrutivo vem de considerá-los formalmente regulares.

No tocante aos esclarecimentos apresentados pelo Secretário de Administração, manifesta a unidade técnica entendimento no sentido de que “a alegação de que o edital foi alterado para alongar o prazo de validade deve ser desconsiderada

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

como justificativa legal para as contratações sob análise, pois tal edital acarretou prática de atos que ferem a Carta Magna”.

Em relação às justificativas embasadas em aspectos sociais, cita trecho retirado do voto do ilustre Conselheiro Jorge Caetano, em relato anterior destes autos, assim transcrito: *“Profundamente lamentável a continuidade de atos, praticada pela Secretaria de Administração e pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, após expirado o prazo do concurso em tela. Lamentável não só pelos aspectos de legalidade e economicidade mas, sobretudo, pelos aspectos ético e de confiabilidade no Estado, com as conseqüências sociais que, certamente advirão da nulidade dos atos praticados. E, mais, por serem eles os responsáveis pelo Controle Interno desses atos”*.

Conclui por considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.055/96, porém insatisfatórias as justificativas apresentadas, sugerindo seja aplicada multa ao Secretário de Administração pela prática de atos de nomeação de candidatos fora do prazo de validade do certame.

Em relação ao teor do Ofício nº 244/96 - GAB 07, assinado pelo ilustre Deputado Distrital Renato Rainha, aduz “que a decisão prolatada pelo Egrégio TJDF contempla tão-somente aquela contenda, não se aplicando ao concurso sob análise”, opinando no sentido de que esta Corte mantenha a sua exegese acerca da contagem do prazo de validade dos concursos públicos no âmbito do Distrito Federal.

É o relatório.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### V O T O

Vou adotar, em relação à matéria constante destes autos, a mesma orientação imprimida no Processo nº 6009/94, que trata do Concurso Público para o cargo de Agente Penitenciário, também da Carreira Policial Civil.

No que se refere à decisão judicial proferida no MS nº 5.222, que versa matéria similar, trazida à baila tanto nas razões apresentadas pelo Secretário de Administração como na comunicação do Deputado Distrital Renato Rainha, tenho que deve ser recebida como subsídio valioso mas insuficiente, ainda, para levar a Corte a alterar seu entendimento.

No entanto, a cautela recomenda o sobrestamento dos autos, até que seja proferida decisão de mérito no MS nº 6.952, impetrado por candidatos aprovados no concurso público para Agente Penitenciário e se tenha conhecimento do resultado dos recursos referentes aos Mandados de Segurança nºs 5685/96 e 5222/96..

Assim, **voto** no sentido de que este Egrégio Plenário:

- 1) tome conhecimento do O.E nº 3010/96 - GAB/SEA, contendo os esclarecimentos apresentados pelo Secretário de Administração, em atendimento aos termos da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Decisão nº 10.055/96, bem como do Ofício nº 244/96 - GAB 07, assinado pelo Deputado Renato Rainha, dando conhecimento de decisão do e. TJDF sobre contagem de prazo de validade de concurso;

- 2) informe às referidas autoridades que a matéria objeto destes autos terá sua apreciação sobrestada, até que seja proferida decisão de mérito no MS nº 6.952, impetrado por candidatos aprovados no concurso público para ingresso no cargo de Agente Penitenciário da carreira Policial Civil do Distrito Federal ;
- 3) tome conhecimento, também, dos editais constantes de fls. 292/323;
- 4) determine o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento;

Sala das Sessões, em 1 de abril de 1997.

**JOSÉ MILTON FERREIRA**  
Conselheiro

D/mgs.A